

Mensalidade escolar: conversão ou novos preços?

O Ministério da Educação promete para os próximos dias uma resposta. Mas os donos das escolas particulares reagem, assustados: a qualidade do ensino vai cair e muitas escolas poderão até fechar.

Obedecer à tabela de conversão do cruzeiros em cruzados ou estabelecer novas bases para o pagamento da mensalidade escolar? A resposta a essa questão — como se procederá ao congelamento das mensalidades ou das semestralidades nos estabelecimentos particulares de ensino — provoca ampla polêmica, enquanto o Conselho Federal de Educação não se pronuncia. A resposta do Ministério da Educação está sendo esperada para hoje: a cobrança das taxas escolares é o primeiro item que está sendo tratado por uma comissão criada pelo ministro da Educação, Jorge Bornhausen, dentro de uma tarefa maior, que abrange até mesmo a redefinição do orçamento do ME, a partir das novas medidas implantadas pelo plano de recuperação econômica.

A comissão, integrada pelo secretário geral do MEC, Aloísio Sotero, pelo secretário-adjunto, Paulo Fontenele, e por Luiz Antonio Andrade Gonçalves, presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE —, reuniu-se ontem à noite, com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República — SEPLAN —, para estudar o problema à luz das regras do pacote econômico.

A matéria interessa tanto aos pais, que têm os carnês a pagar e que apostam nas vantagens da aplicação da tabela de conversão de cruzeiros para cruzados, como aos estabelecimentos de ensino, que deverão dar aumento aos professores a partir de março, e aos professores, que saem perdendo no salário. O reajuste das mensalidades, em vigor, é de 89,7%, aprovado pelo Conselho Federal de Educação no final de janeiro, que representa o pico da inflação, enquanto, pela reforma econômica, o reajuste dos professores será pela média da inflação dos últimos seis meses.

A espera de que a situação se esclareça, a direção do Siesp (Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo) está convocando todos os donos de escola para uma assembléia, na próxima sexta-feira, às 15 horas, no Colégio São Bento.

Ao contrário dos pais, que apostam em novos tempos e estão entusiasmados com a tabela de conversão — com ela, os preços das mensalidades até junho vão crescer —, os donos das escolas estão insatisfeitos e até prevêem o fechamento de muitas escolas. Isso significa, para o contador do Colégio Miguel de Cervantes, Eduardo Ferrari Filho, "a descapitalização

da empresa educativa e o seu consequente fechamento".

As novas medidas do governo, segundo ele, deverão gerar, para o colégio, um déficit de 26%, "por isso, deixaremos de fazer obras e o orçamento previsto com atividades extracurriculares terá de ser alterado". Ele deu um exemplo: "Os passeios ou cursos que estavam incluídos na mensalidade serão cortados".

Eduardo disse que não será o caso do Miguel de Cervantes, mas que certamente o nível de ensino deverá cair em muitas escolas. "As escolas mais comerciais", explicou, "vão procurar profissionais menos qualificados para baratear seus custos". O contador deu um exemplo prático: "Implantamos a informática no colégio no mês passado. Se fosse para introduzi-lo agora, teríamos que suspender o projeto". Uma saída para o Miguel de Cervantes, se for necessário, comentou Eduardo, poderá ser o corte das bolsas de estudo que, hoje, correspondem a 20% do total de alunos (1.130 alunos de pré-escola, 1º e 2º graus).

"Prefiro fechar"

Muito menor que o Miguel de Cervantes, mas com uma boa proposta de ensino, os dirigentes do Oficina-Instituto de Integração Cultural (que tem hoje 150 alunos), de Itapeverica da Serra, também estão apreensivos com as novas determinações do pacote e disseram que "a escola não vai se suprir" se for mantida a conversão do cruzeiro em cruzado até o final do ano. Se isto acontecer, um pai que paga



Menos atividades, e mais desconforto para os pequenos estudantes? É o que prevêem os empresários do setor, além de ameaçar com o fechamento das escolas.

hoje Cz\$ 287 estará pagando Cz\$ 80 em dezembro.

— Por enquanto, vamos manter os carnês em cruzeiros e o pai faz a conversão. Mas a partir de março, vem o reajuste dos professores e eu não sei como vai ser, desabafou Ieda Maria de Leone, orientadora pedagógica e uma das donas da escola.

Para a orientadora "é impossível fazer um Brasil melhor se as condições para o ensino não forem adequadas". E a possibilidade de ter que fechar cursos ou dispensar professores não é admitida. "Prefiro fechar a escola."

Dívida maior?

Segundo Alípio Casalli, vice-reitor administrativo da PUC-Pontifícia Universidade Católica de

São Paulo, a perda média com a conversão das mensalidades em cruzados vai ser de 20% entre os meses de fevereiro e junho. "Em junho", frisou, "esse índice chegará a 36%". Por isso, sua preocupação, agora, é que haja um distanciamento ainda maior entre os níveis de despesa (com professores e funcionários) e os níveis de arrecadação que é basicamente com as mensalidades, "porque a novas medidas poderão significar uma diminuição gradativa na receita da universidade" (hoje já apresentando um déficit que ultrapassa os Cz\$ 40 milhões).

Alípio informou ainda que, para quinta ou sexta-feira, esperam-se esclarecimentos sobre a discussão que está sendo encaminhada

por uma comissão da Sese - Secretaria de Ensino Superior do MEC e membros da Secretaria do Planejamento, em Brasília, a respeito do assunto.

No Rio, até ameaças.

O aluno cujos pais não aceitam um reajuste das mensalidades violando o decreto-lei do governo, não terá sua matrícula renovada para o segundo semestre: esta é a ameaça que está sendo feita pela direção de algumas escolas particulares no Rio, cujos proprietários alegam não ter condições de cumprir o congelamento de preços.

O presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Rio de Janeiro, Paulo Sampaio, já está em Brasília onde, em companhia de outros empresários do setor, tenta convencer os integrantes do Conselho Federal de Educação a aceitarem uma tabela de conversão de cruzeiros para cruzados de uso exclusivo para o pagamento das mensalidades escolares. Em síntese, o que os donos dos colégios querem é que o governo os autorize a manter, até junho, uma tabela de conversão pela qual mil cruzeiros valeriam apenas um cruzado.

Se a tabela de conversão oficial válida para todos os setores for mantida também nas escolas particulares, sua arrecadação sofrerá uma redução de até 40%, segundo o dirigente empresarial. Uma mensalidade de 100 mil cruzeiros, em março, por exemplo, corresponderá em julho, a Cz\$ 66,75, afirmou Paulo Sampaio. Além de uma tabela de conversão específica, pela qual a mensalidade de 100 mil cruzeiros em março equivaleria a 100 cruzados em julho, o Sindicato das Escolas Particulares do Rio quer que a Secretaria Estadual de Educação homologue um aumento de 89,35% nas mensalidades, corrigindo o índice de 69,28% aprovado anteriormente. Esse índice, concedido para atender a um pedido das escolas, foi autorizado pelo Conselho Estadual de Educação do Rio, no mesmo dia em que o governo federal divulgava, em Brasília, as medidas do pacote econômico. Antes de homologar ou não o novo índice, a secretaria de Educação do Rio, Yaras Vargas, encaminhou uma consulta ao presidente do Conselho Federal de Educação, Fernando da Fonseca, que promete uma posição até amanhã.

O reajuste dos professores das escolas particulares será, agora em março, de 52,7%, enquanto o aumento das mensalidades já atingiu 69,28% e ainda pode ter um novo aumento de 20,5%. Ontem, no Rio,

por exemplo, os 3.500 alunos das Faculdades Integradas Castelo Branco, no subúrbio do Realengo, iniciaram um movimento contra a majoração das mensalidades em 89,35%, alegando exatamente que esse índice é bastante superior ao concedido em aumento aos professores. O movimento já conta com o apoio da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Escola não é eletrodoméstico

"O pacote econômico do governo vai fechar todas as escolas particulares do Brasil até o final do ano, e a grande maioria vai começar com a próxima folha de pagamento". Quem afirmou isso ontem, em Brasília, foi Roberto Dornas, presidente da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino. Segundo ele, as 30 mil instituições educacionais existentes no País já estavam acostumadas com o tabelamento semestral de suas receitas e despesas por determinação da própria Comissão de Encargos Educacionais do Conselho Federal de Educação. Ele é contra o pagamento das mensalidades escolares conforme a desvalorização do cruzeiro. O mesmo pensamento é da Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior, presidida por Cândido Mendes (irmão de dom Luciano Mendes, da CNBB), que, na tarde de ontem, participou de encontro com o ministro da Educação, Celso Furtado, e com o secretário do ministério para assuntos do 2º grau, Gamaliel Herval.

Roberto Dornas, da Federação dos Estabelecimentos de Ensino Particular, disse que o último reajuste das anuidades escolares não foi feito conforme as remarcações de mercadorias de supermercados, ou seja, com previsões de juros futuros: "Os alunos estão pagando parcelas reajustadas com os juros de julho a dezembro do ano passado", explicou o professor, que está tentando convencer setores do Governo de que houve "um equívoco ao se classificar a dívida educacional como um produto eletrodoméstico, vendido no mercado a prazo, porém, com os juros futuros já estimados". Roberto Dornas está certo de que o ministro Dilson Funaro vai recuar nessa questão da mensalidade escolar, fazendo com que ela seja congelada.

O presidente da Federação dos Estabelecimentos de Ensino Particular disse que uma das entidades ameaçadas de fechamento rápido por causa do pacote é a Universidade Católica de Minas Gerais. Ele afirmou que as receitas de despesas da escola foram fixadas nesse semestre em Cz\$ 6 milhões (ou Cr\$ 6 bilhões) até ontem, mas com o pagamento das parcelas pela desvalorização do cruzeiro as receitas cairão para Cz\$ 1.800 milhão, "tornando impossível sua manutenção".